

ANO 4

2011

IFDM

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

ANO BASE 2009



Expediente

Sistema FIRJAN — Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

Presidente Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira

Conselho de Política Econômica e Industrial do Sistema FIRJAN

Presidente Carlos Mariani Bittencourt

Diretoria Geral do Sistema FIRJAN

Diretor Augusto Franco Alencar

Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Associativo

Diretora Luciana Costa M. de Sá

Gerência de Estudos Econômicos

Gerente Guilherme Mercês

Equipe Técnica:

Tatiana d'Aboim Inglez Sanchez

Gabriel Bichara Santini Pinto

Jonathas Goulart

Marcio Afonso

William Figueiredo

Carolina Lopes Neder (estagiária)

Elaboração do Estudo

DDE Diretoria de Desenvolvimento Econômico

GEE Gerência de Estudos Econômicos



Sumário

Resumo Executivo	1
Introdução	6
Cenário Econômico e Social em 2009	8
Resultados IFDM 2009.....	9
Municípios	9
Maiores e Menores	14
Regiões do Brasil.....	17
Capitais.....	20
Estados.....	22
Áreas de Desenvolvimento	24
I. Emprego&Renda.....	24
II. Educação.....	26
III. Saúde	28
Anexo Metodológico	31



Resumo Executivo IFDM 2009

Consolidado como referência para o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) acompanha três áreas de desenvolvimento: Emprego&Renda, Educação e Saúde e utiliza-se exclusivamente de estatísticas públicas oficiais¹. Sua leitura é simples, o índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Além disso, sua metodologia possibilita determinar com precisão se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas, ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios.

A edição 2011 do IFDM contempla uma novidade importante. O DATASUS, braço estatístico do Ministério da Saúde, abreviou os prazos de tratamento e divulgação das estatísticas básicas e, com isso, foi possível reduzir a defasagem temporal entre a divulgação do IFDM e o ano a que se refere, de três para apenas dois anos. Assim, a edição 2011 faz referência ao ano de 2009 e traz em sua análise comparações com 2008².

- O IFDM Brasil 2009 atingiu 0,7603 pontos. Apesar de apontar para um nível de desenvolvimento superior ao de 2007, último dado divulgado do IFDM, a pontuação de 2009 é 0,6% menor do que a registrada em 2008, e retrata o impacto da crise mundial no desenvolvimento dos municípios brasileiros. A nota máxima do IFDM 2009 ficou novamente com um município de São Paulo — Barueri (0,9303 pontos) — e a mínima, novamente com um município do Maranhão — São Félix das Balsas (0,3413 pontos).
- Sensível às mudanças conjunturais, a vertente Emprego&Renda recuou 5,2% entre 2008 e 2009 como reflexo da crise mundial, sendo decisiva para a redução do IFDM no período. Em Educação e Saúde, vertentes estruturais do IFDM, os índices mantiveram a trajetória de crescimento, atenuando os efeitos negativos da queda do índice de Emprego&Renda. A Educação registrou crescimento de 2,6% frente a 2008 e a Saúde, 0,9%.
- O acompanhamento do IFDM entre 2000 e 2009 mostrou evidente mudança positiva dos níveis de desenvolvimento dos municípios brasileiros, com avanços graduais e consistentes. Na esteira do desenvolvimento, cresceu a participação de municípios com IFDM moderado, de 30,1% em 2000 para 58,7% em 2009. No entanto, passados quase dez anos, 22 (0,4%) municípios ainda apresentam índices de baixo desenvolvimento.
- A concentração de municípios na faixa de desenvolvimento moderado demonstra uma tendência de redução das desigualdades entre os municípios brasileiros ao longo da última década. Contudo, é importante destacar que a distância entre os extremos do ranking ainda é significativa: a média dos 100 maiores IFDMs é superior ao dobro da média dos 100 menores. Isso significa dizer que,

1 As fontes primárias de dados são os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e da Saúde.

2 A série do IFDM tem início no ano 2000 e está disponível em www.firjan.org.br/ifdm.



caso o desenvolvimento nas faixas mais baixas mantenha o ritmo observado desde 2005, a média dos 100 piores IFDMs só conquistará padrões de alto desenvolvimento em 2037. Em outras palavras, a partir de 2011, faltam ainda 26 anos para que o Brasil alcance o pleno desenvolvimento traçado pelo IFDM e, enfim, garanta à sua população pleno atendimento básico de saúde, ensino fundamental de qualidade e ampliação do mercado formal de trabalho, com geração de renda.

- De fato, os níveis de desenvolvimento encontrados nos 5.564 municípios brasileiros em 2009 continuam dividindo o Brasil em dois. Por um lado, as regiões Sul e Sudeste – que juntas possuem 51% dos municípios brasileiros – mantiveram a maciça predominância entre os 500 maiores IFDMs com 91,2% de participação em 2009. Por outro lado, Norte e Nordeste – onde estão 40% dos municípios brasileiros – permaneceram dominantes entre os 500 menores, com participação de 94,4% nessa faixa do ranking.
- Nesse cenário, destaca-se a movimentação do Centro-Oeste que, além de ter conquistado alguns lugares entre os 500 maiores IFDMs, se consolidou como um novo Sudeste ao apresentar distribuição dos municípios por grau de desenvolvimento similar a essa região.
- Em termos relativos, dos 1.668 municípios do Sudeste, 19,0% estão entre os 500 maiores IFDMs. No Sul a participação também é alta, 11,7% dos 1.188 municípios dessa região estão na parte mais alta do ranking. Por sua vez, o Centro-Oeste possui 6,5% dos seus 465 municípios entre os 500 maiores, percentual muito superior ao observado nas regiões Norte (0,7% dos seus 449 municípios) e Nordeste (0,6% de 1.793). Esta última, embora seja a região com maior número de municípios, seguiu com a menor participação entre os 500 maiores IFDMs.
- Na outra ponta do ranking, ainda em relação à quantidade de municípios de cada região, o Norte apareceu em pior situação: mais de um quarto de seus municípios estão entre os 500 piores resultados de 2009 (26,5%). O Nordeste figurou logo em seguida, mantendo praticamente a mesma participação encontrada na última edição do IFDM, com um quinto de seus municípios (19,7%) nesse grupo. Segunda maior região do País em número de municípios, o Sudeste tem apenas 1,1% deles entre os menores IFDMs 2009 – todos de Minas Gerais. Por sua vez, o Centro-Oeste respondeu com 1,3% nos 500 piores, enquanto a região Sul apresentou apenas um município nessa área do ranking (0,2%).
- A exemplo da transformação do Centro-Oeste num novo Sudeste, pode-se inferir quanto tempo levaria para que as regiões Norte e Nordeste alcançassem essa mesma condição, caso a evolução do desenvolvimento mantivesse a velocidade observada nos últimos anos. Desse exercício de projeção descobre-se que o atraso do desenvolvimento do Nordeste em relação ao Sudeste é de 10 anos. Ainda pior é a situação do Norte, que alcançaria o mesmo percentual de municípios nos quadrantes superiores apresentado pelo Sudeste em 2009 somente em 2029, duas décadas de atraso.
- Nas capitais, a menor geração de empregos em ano de crise foi determinante para os resultados



do IFDM 2009. A vertente Emprego&Renda recuou em quatorze delas, com destaque negativo para as capitais do Sul e Sudeste, a exceção de Florianópolis. Dessa forma, mitigou o efeito positivo da melhora nas vertentes de Saúde e, principalmente, de Educação.

- Em 2009, além de São Paulo, Vitória e Curitiba — que já estavam entre os 100 melhores IFDMs em 2008 — outras capitais figuraram pela primeira vez nesse seleto grupo: Florianópolis, Campo Grande, Belo Horizonte, Palmas, Rio de Janeiro e Goiânia. Destaque para a capital tocantinense que galgou posições apoiada em melhorias nas vertentes Educação e Emprego&Renda e, assim, distinguiu-se por ser o primeiro município da região Norte a chegar ao Top 100 do IFDM.
- No ranking dos estados, as 11 primeiras colocações se mantiveram inalteradas desde a edição anterior do IFDM, das quais as seis primeiras permanecem congeladas desde 2006, encabeçadas por São Paulo (0,8796), Paraná (0,8226) e Rio de Janeiro (0,8062), únicos estados a apresentar alto grau de desenvolvimento em 2009. No extremo oposto, Alagoas seguiu com o pior desempenho, ainda que esteja lentamente caminhando para o estágio de desenvolvimento moderado.
- O IFDM – Emprego&Renda foi a única vertente que registrou recuo frente ao ano anterior, o índice passou de 0,7689 para 0,7286 pontos (-5,2%). Foi decisiva para esse resultado a geração de empregos com carteira assinada 30% inferior à verificada em 2008. O primeiro lugar foi de Ipojuca – PE, único município com nota máxima (1,00), e o último de Tarrafas – CE (0,0327).
- Entre os 500 melhores resultados em Emprego&Renda, em termos absolutos o estado de São Paulo concentra o maior número de municípios (168), seguido de Minas Gerais (51) e Rio Grande do Sul (48). Contudo, em termos relativos, ou seja, quando se considera o número de cidades em cada estado, o Rio de Janeiro desbancou o estado mais industrializado do país e alçou 31,5% (29) dos seus municípios ao Top 500 do IFDM Emprego&Renda, reflexo do bom momento por que passa a economia fluminense.
- No ranking estadual dessa vertente, São Paulo (0,8688), Rio de Janeiro (0,8541) e Paraná (0,8022) mantiveram-se no topo pelo quarto ano consecutivo, apenas com trocas de posição entre o primeiro e o segundo colocado, pela ordem apresentada. Além desses, vale ressaltar Rondônia (0,6812), que se destacou assim como sua capital, subindo 13 posições no ranking estadual, do 21º lugar em 2008 para o 9º em 2009.
- O IFDM – Educação 2009 atingiu 0,7506 pontos ao crescer 2,6% frente a 2008, terceiro aumento consecutivo dessa área de desenvolvimento. Pela primeira vez no IFDM, foi alcançada a nota máxima na vertente Educação (1,00), feito dos municípios de Dolcinópolis – SP e Oscar Bressane – SP. Na outra ponta, o pior resultado ficou com Pirai do Norte – BA (0,3923 pontos).
- Os municípios paulistas mantiveram a supremacia no ranking de educação: dos 100 melhores resultados de 2009, 98 são do estado de São Paulo. Como corolário dos resultados de seus municípios, o estado de São Paulo também figurou como primeiro do ranking estadual do IFDM – Educação com 0,8909 pontos. Ainda na vertente Educação, merecem destaque Santa Catarina (0,8216),

Distrito Federal (0,8145) e Espírito Santo (0,8076) que conquistaram o status de alto desenvolvimento em 2009 e ocuparam, respectivamente, segundo, terceiro e quarto lugares nesse ranking.

- Por sua vez, o IFDM – Saúde cresceu 0,9%, chegando a 0,8018 pontos, o que concedeu a esta vertente a classificação de alto desenvolvimento. Três municípios atingiram a nota máxima (1,00): Lobato – PR, Rancho Alegre d’Oeste – PR e Santo Antônio do Palma – RS. Na outra ponta do ranking de saúde, o menor índice ficou com Nhamunda – AM (0,4272). Nesta edição, o destaque ficou por conta do contínuo aumento do número de municípios de alto desenvolvimento nessa vertente (acima de 0,8 pontos): se em 2000 eram apenas 17,2%, em 2009 somaram 50,1%.
- Os municípios do Rio Grande do Sul apareceram, pelo quinto ano consecutivo, no topo do ranking do IFDM – Saúde: 165 dos 500 maiores são gaúchos. Este seletor rol tem também participação expressiva do Paraná e de São Paulo: 118 e 95 municípios, respectivamente. Diante disso, esses três estados ocuparam o topo do ranking estadual de Saúde. O Paraná, pelo terceiro ano consecutivo, manteve o primeiro lugar (0,8898 pontos), seguido por São Paulo (0,8789) e pelo Rio Grande do Sul (0,8698). Vale ressaltar que, em 2009, todos os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, incluindo o Distrito Federal, obtiveram a classificação de alto desenvolvimento (acima da linha de 0,8 pontos).

**ÍNDICE FIRJAN DE
DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**

IFDM



Introdução

Consolidado como referência para o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) acompanha três áreas de desenvolvimento: Emprego&Renda, Educação e Saúde e utiliza-se exclusivamente de estatísticas públicas oficiais³. Sua leitura é simples, o índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Além disso, sua metodologia possibilita determinar com precisão se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas, ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios.

A edição 2011 do IFDM contempla uma novidade importante. O DATASUS, braço estatístico do Ministério da Saúde, abreviou os prazos de tratamento e divulgação das estatísticas básicas e, com isso, foi possível reduzir a defasagem temporal entre a divulgação do IFDM e o ano a que se refere, de três para apenas dois anos. Assim, a edição 2011 faz referência ao ano de 2009 e traz em sua análise comparações com 2008⁴.

Os resultados de 2009 são apresentados nesta publicação sob enfoques distintos e estão distribuídos em seis seções. A primeira — *Resultados do IFDM 2009* — traz um panorama abrangente dos resultados, feito através da análise do comportamento dos índices entre 2008 e 2009 e da evolução dos municípios ao longo da última década. A segunda seção — *Maiores e Menores* — analisa os extremos do ranking do IFDM 2009, lançando luz sobre o desafio para que o Brasil supere as grandes disparidades ainda existentes entre as suas regiões, o que é discutido com maiores detalhes no texto *Regiões Brasileiras*, na sequência. A quarta e a quinta seções descrevem o desempenho das *Capitais* e dos *Estados*. Por fim, são apresentados os resultados de cada *Área de Desenvolvimento*.

Nas análises, o cenário socioeconômico no qual os municípios estão inseridos deve ser considerado, haja vista sua influência no comportamento dos índices. Além disso, a ênfase da leitura não deve apenas se restringir a uma questão de posição no ranking, mas sim de se verificar se, de fato, houve progresso de um determinado município ou região, em dado período de tempo.

Melhorar o patamar de um índice que reflete o grau de desenvolvimento local constitui resultado muito mais significativo do que galgar algumas posições no ranking.

O IFDM distingue-se por ter periodicidade anual e por acompanhar o desenvolvimento de todos os 5.564⁵ municípios brasileiros. Contudo, embora o recorte seja municipal, foi possível gerar um resultado

³ As fontes primárias de dados são os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e da Saúde.

⁴ A série do IFDM tem início no ano 2000 e está disponível em www.firjan.org.br/ifdm.

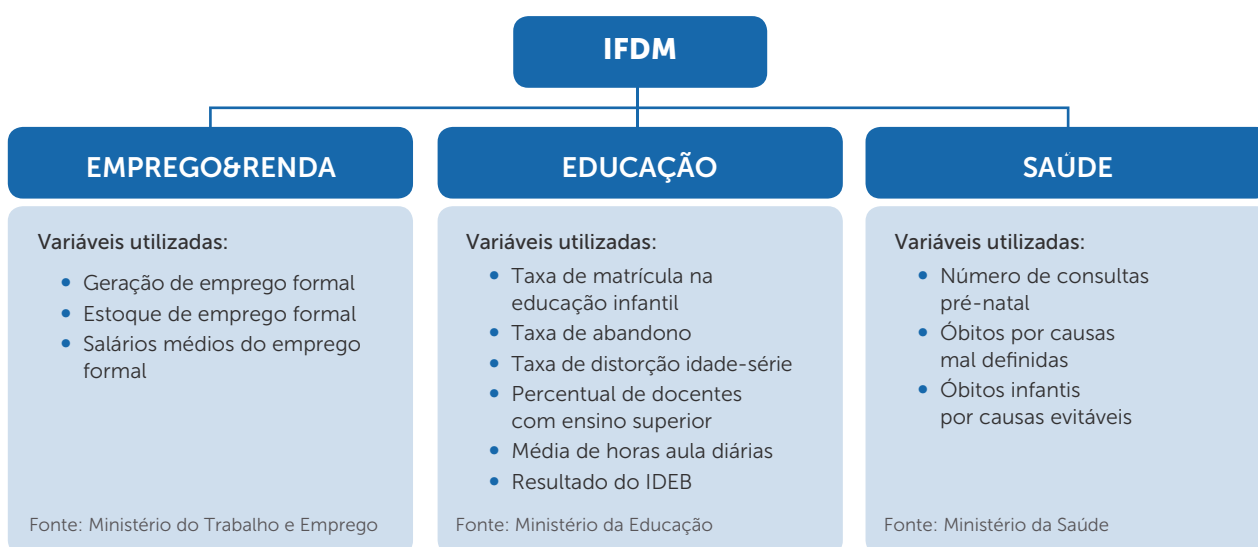
⁵ Em 2009, o Brasil possuía 5.565 municípios. Entretanto, Nazária, município criado em 2008 no Piauí, não possuía dados estatísticos em todas as vertentes que compõem o IFDM e, por este motivo, não consta desta avaliação.



nacional discriminado por Unidades da Federação, graças à divulgação oficial das variáveis componentes do índice por estados e para o País.

Abaixo, quadro-resumo das variáveis que compõem o cálculo do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (ver resumo metodológico em anexo).

Quadro-Resumo das variáveis componentes do IFDM – por Área de Desenvolvimento –





Cenário Econômico e Social de 2009

Ano de novo mandato para as 5.565 prefeituras brasileiras, 2009 foi marcado pelos efeitos negativos da crise econômica mundial, que culminaram em forte retração da atividade ao redor do globo. No Brasil, a crise dividiu o ano em duas partes distintas. Enquanto na primeira metade observou-se deterioração de diversos indicadores econômicos, na segunda metade o nível de atividade voltou a crescer movido pelo aquecimento do consumo e da construção civil, em resposta a incentivos fiscais e monetários concedidos pelo governo federal.

A recuperação no segundo semestre, no entanto, não foi suficiente para evitar que 2009 fosse um ano de resultados negativos na área econômica. Com efeito, a atividade manufatureira caiu 7,4%, direcionando a queda de 0,6% do PIB, pior resultado desde o início da década de 1990. Como consequência do menor nível de atividade, a geração de empregos formais foi 30% inferior à registrada em 2008.

O arrefecimento do nível de atividade e a redução dos preços no atacado diante da menor demanda internacional delinearão, contudo, um cenário benigno para inflação em 2009. No décimo quinto aniversário do Plano Real, a inflação medida pelo IPCA desacelerou (4,31%, frente a 5,90% em 2008), atingindo percentual inferior ao centro da meta (4,5%) perseguida pelo Banco Central. Dessa forma, abriu-se espaço para continuidade do crescimento da renda real, mesmo em um contexto de crise econômica.

Em contraste ao quadro econômico desfavorável, o País manteve os avanços na esfera social, em que pese os grandes desafios ainda existentes. Na saúde, os indicadores de atenção básica deram sequência a evolução verificada ao longo da década, retratada pelo aumento das consultas pré-natais e pela redução dos óbitos infantis. Apesar desses avanços, no Brasil ainda morrem crianças por conta da ausência de atenção básica em saúde, haja vista que as doenças do aparelho respiratório e as doenças infecciosas e parasitárias continuaram como os principais fatores responsáveis pela mortalidade infantil.

No que diz respeito à educação, houve aumento do número de matrículas na educação infantil e do percentual de docentes com curso superior, além de redução na taxa de abandono no ensino fundamental em 2009. Nesse quadro, chamou a atenção o crescimento de 8% da média do resultado da nova rodada do Ideb para o Ensino Fundamental, fruto dos avanços das escolas públicas brasileiras, que atingiram em 2009 as metas programadas para 2011 nesse nível de ensino⁶.

6 Apesar desse avanço, apenas 5,7% das escolas públicas de ensino fundamental alcançaram a nota 6,0, média dos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e meta do MEC para o Brasil em 2011.

Resultados IFDM 2009

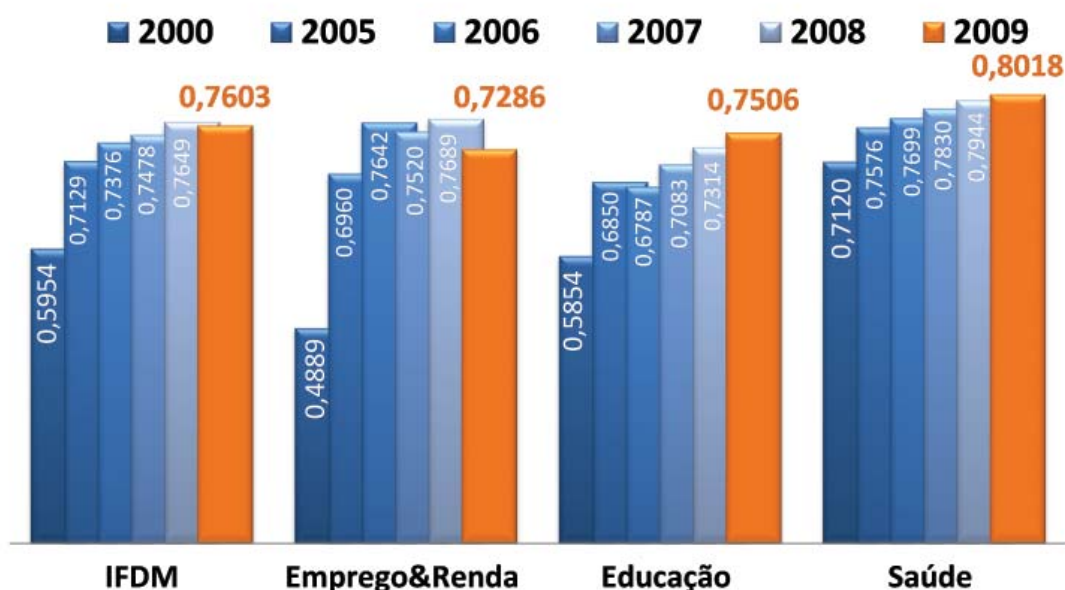
Municípios Brasileiros

O IFDM Brasil 2009 atingiu 0,7603 pontos. Com isso, o País manteve a classificação de desenvolvimento moderado, observada desde 2005, quando o índice era de 0,7129. Apesar de apontar para um nível de desenvolvimento superior ao de 2007, último dado divulgado do IFDM, a pontuação de 2009 é 0,6% menor do que a registrada em 2008, e retrata o impacto da crise mundial no desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Sensível às mudanças conjunturais, a vertente Emprego&Renda recuou 5,2% entre 2008 e 2009 (de 0,7689 para 0,7286 pontos), sendo decisiva para a redução do IFDM no período (Gráfico 1). Nesse sentido, pesou a geração de empregos 30% menor do que no ano anterior, manifestada de forma mais intensa nas cidades que concentram a maior parte da mão-de-obra formal do País. Para se ter uma ideia, dos 50 maiores mercados de trabalho do País, onde está mais da metade dos trabalhadores com carteira assinada, 37 registraram recuo da vertente Emprego&Renda.

O IFDM 2009 captou o impacto da crise mundial no desenvolvimento dos municípios brasileiros através da vertente Emprego e renda.

Gráfico 1. Evolução do IFDM e Áreas de Desenvolvimento





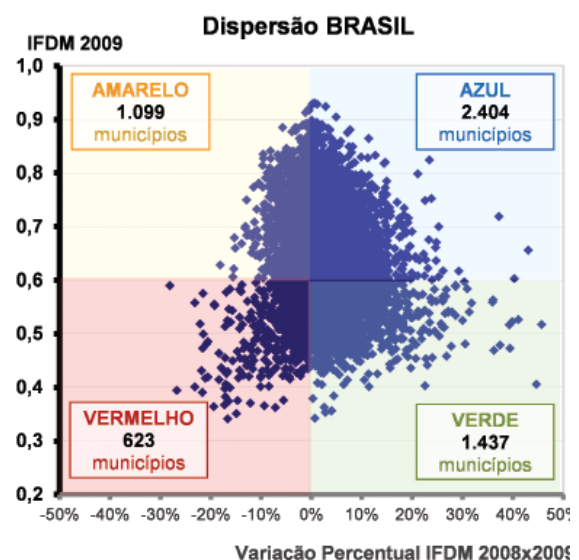
Em Educação e Saúde, vertentes estruturais do IFDM, os índices mantiveram a trajetória de crescimento, atenuando os efeitos negativos da queda do índice de Emprego&Renda. Assim como no IFDM 2007, a Educação apareceu como área de maior influência positiva no desempenho do índice geral, com crescimento de 2,6% frente a 2008. A pontuação alcançada de 0,7506 foi propiciada, sobretudo, por melhores notas no IDEB na rodada de 2009. Por sua vez, o indicador de Saúde manteve o lento ritmo de evolução apresentado durante toda a série do IFDM ao avançar 0,9%, o suficiente para que pela primeira vez tenha atingido classificação de alto desenvolvimento com 0,8018 pontos.

Educação e Saúde mantiveram a trajetória de crescimento, atenuando os efeitos negativos do índice de Emprego&Renda.

A comparação entre 2008 e 2009 pode ser visualizada com maiores detalhes pela distribuição da variação percentual dos índices de cada município brasileiro. Esse cruzamento resulta no gráfico por quadrantes (Gráfico 2), onde os municípios de IFDM moderado a alto situam-se na parte superior (acima da linha de 0,6 pontos) e os municípios de IFDM regular a baixo na parte inferior (abaixo da linha de 0,6 pontos). A visualização dos quadrantes permite ainda identificar a evolução – negativa ou positiva – dos municípios mediante a leitura dos quadrantes à esquerda ou à direita, respectivamente.

Por essa distribuição, a melhor situação de desenvolvimento pertence aos 2.404 municípios situados no quadrante **AZUL**, onde estão os municípios de desenvolvimento moderado a alto (acima de 0,6 pontos) e cujos índices avançaram de um ano para outro. No quadrante **AMARELO**, estão os 1.099 municípios que merecem atenção, pois apresentaram redução de seus índices entre 2008 e 2009, embora ainda estejam nas faixas de desenvolvimento moderado e alto. Em situação inversa, estão os 1.437 municípios localizados no quadrante **VERDE**, que, apesar de classificados em nível de desenvolvimento regular e baixo, apresentaram melhoria de seus indicadores em 2009. Por fim, no quadrante **VERMELHO**, estão os 623 municípios que registraram queda em seus índices na comparação anual e estão na zona de regular e baixo grau de desenvolvimento (IFDM menor que 0,6 pontos).

Gráfico 2. Dispersão da Variação 2008 x 2009
Variação Percentual dos IFDMs por intervalo indicado



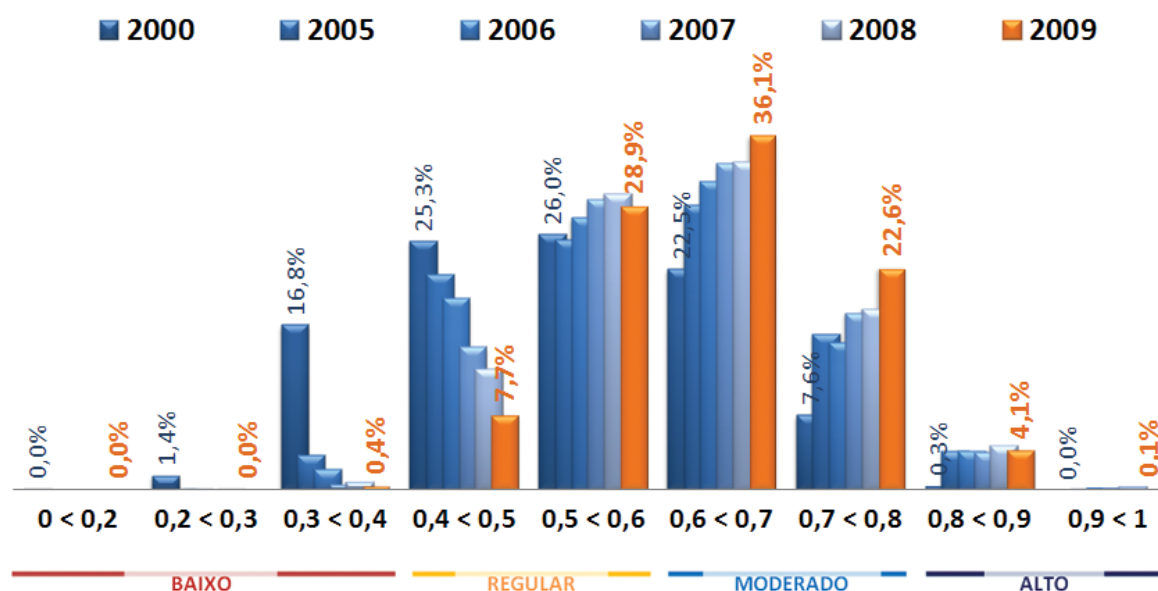
Nessa leitura, é importante ressaltar a concentração de 69,0% dos municípios nos quadrantes **AZUL** e

VERDE⁷, o que demonstra que o desenvolvimento seguiu seu rumo na maioria das cidades brasileiras, apesar do recuo do índice Brasil⁸. Esse resultado é um pouco melhor do que o observado entre 2006 e 2007 (67,3%), antes da crise e último dado divulgado do IFDM, e se deve principalmente ao desempenho das vertentes estruturais de Educação e Saúde. Em 2009, 52,7% dos municípios avançaram concomitantemente nessas duas áreas de desenvolvimento.

A evolução do desenvolvimento no Brasil ao longo dos anos é ilustrada pela distribuição dos municípios segundo a pontuação do IFDM (Gráfico 3). Entre 2000 e 2009, há evidente mudança positiva dos níveis de desenvolvimento dos municípios brasileiros, que têm avançado de forma gradual e consistente. Em 2000, 18,2% possuíam índices de baixo desenvolvimento, ou seja, apresentavam pontuação abaixo de 0,4 pontos. Em 2009, esse percentual praticamente se extinguiu, ficando limitado a apenas 0,4% (são 22 municípios, todos do Norte e Nordeste do País). Na esteira do desenvolvimento, cresceu a participação de municípios com IFDM moderado (entre 0,6 e 0,8), de 30,1% em 2000 para 58,7% em 2009.

A conquista de pontuações mais elevadas e a concentração de municípios na faixa de desenvolvimento moderado demonstram uma tendência de redução das desigualdades entre os municípios brasileiros ao longo da última década. Porém, da mesma análise extrai-se a dificuldade de milhares de cidades do País

Gráfico 3. Distribuição dos Municípios Brasileiros por Intervalos de Desenvolvimento



⁷ No gráfico de dispersão, é desejável que o triângulo formado pela plotagem dos dados se posicione cada vez mais à direita, indicando, assim, aumento dos IFDMs, ainda que em diferentes níveis de desenvolvimento.

⁸ Os efeitos negativos da crise econômica mundial afetaram com maior intensidade os municípios maiores e com mercados de trabalho mais formalizados. Dessa forma, o efeito na vertente Emprego&Renda foi mais agudo do que abrangente, o que se refletiu no índice geral do IFDM 2009.



de alcançar o alto desenvolvimento⁹. Prova disso é que a participação de municípios que ultrapassaram a barreira de 0,8 pontos no IFDM pouco cresceu, não obstante a revolução observada nas demais faixas de IFDM no mesmo período.

Os níveis de desenvolvimento encontrados nos 5.564 municípios brasileiros continuam dividindo o Brasil em dois, apesar da tendência de redução das desigualdades.

Não há dúvidas que o Brasil passa por um processo de desenvolvimento contínuo e abrangente, isso fica claro na comparação entre os resultados de 2000 e 2009, quando mais de 90% dos municípios apresentaram crescimento de seus IFDMs. No entanto, ainda há notórios contrastes entre as regiões do País, o que é perfeitamente ilustrado pelo georeferenciamento dos resultados do IFDM – Figuras 1 e 2. Os níveis de desenvolvimento encontrados nos 5.564¹⁰ municípios brasileiros continuam dividindo o Brasil em dois, apesar da evolução positiva do IFDM ao longo dos anos – nítida nas Figuras pela quase extinção dos municípios de baixo desenvolvimento (coloração vermelha) entre 2000 e 2009 – e da tendência de redução das desigualdades mencionada anteriormente.

Figura1.
IFDM 2000 Georreferenciado

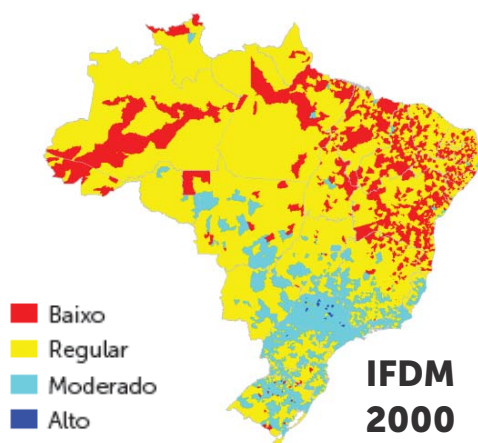
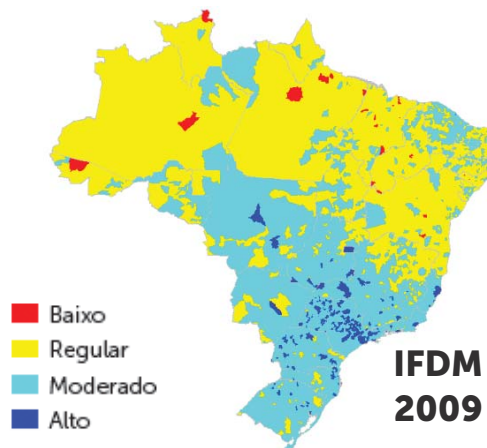


Figura2.
IFDM 2009 Georreferenciado



⁹ O status de alto desenvolvimento almejado pelo IFDM reflete a situação de municípios que conseguem garantir a sua população serviços de atenção básica a saúde e educação de qualidade no ensino fundamental, concomitante a um mercado de trabalho local dinâmico, consolidado e formal.

¹⁰ Em 2009, o Brasil possuía 5.565 municípios. Entretanto, Nazária, município criado em 2008 no Piauí, não possuía dados estatísticos em todas as vertentes que compõem o IFDM e, por este motivo, não consta desta avaliação.



Dessa forma, persiste o retrato de dois “Brais”: Sudeste, Sul, e Centro-Oeste com indicadores superiores (coloração azul no mapa) e Norte e Nordeste com indicadores mais baixos (coloração amarela e vermelha). Nesse contexto, a nota máxima do IFDM 2009 ficou novamente com um município de São Paulo — Barueri (0,9303 pontos) — e a mínima, novamente com um município do Maranhão — São Félix das Balsas (0,3413 pontos).

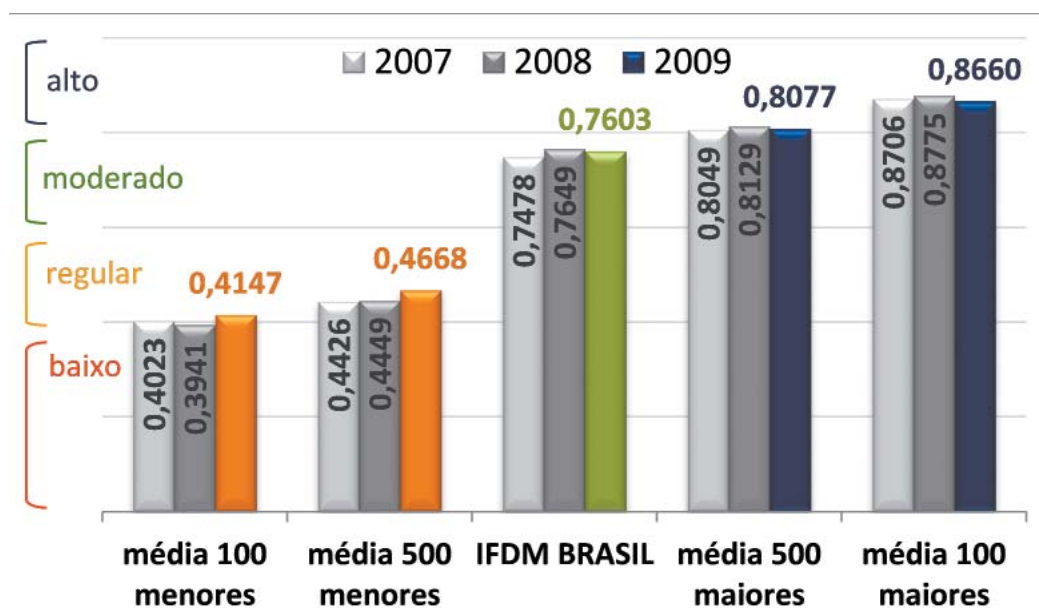
.....
¹⁴Para fazer parte dos 500 maiores, foi necessário alcançar IFDM 2009 superior a 0,7637, pontuação mais alta do que a observada em 2007 (0,7557 pontos).

Maiores e Menores

A análise comparativa dos maiores e dos menores IFDMs confirma as fortes diversidades regionais existentes no Brasil, bem como o processo de redução destas nos últimos anos. Mas, acima de tudo, joga luz sobre o imenso desafio para que os municípios brasileiros atinjam o alto desenvolvimento, hoje ainda privilégio de apenas 235 dos 5.564 municípios do País.

O alto desenvolvimento é privilégio de apenas 235 dos 5.564 municípios do País.

Gráfico 4. Maiores x Menores : IFDM 2007 x 2008 x 2009
Média dos IFDM por Grau de Desenvolvimento Apresentado



O Gráfico 4 demonstra a evolução dos maiores e menores IFDMs com base nos valores médios registrados nos extremos do ranking em 2009. A média dos 100 IFDMs mais baixos atingiu 0,4147 pontos, o que representa crescimento de 5,2% frente a 2008, quando a referida média se encontrava na faixa de baixo desenvolvimento (abaixo dos 0,4 pontos). Dentre os 500 menores, também houve melhora dos indicadores de desenvolvimento, com crescimento de 4,9% da média que, com isso, totalizou 0,4668 pontos.

Na parte de cima do ranking, os resultados contrastaram com o crescimento observado nos níveis mais baixos de desenvolvimento. Entre os 500 maiores IFDMs, houve leve recuo de 0,6%, a média foi

para 0,8076 pontos, limite inferior da classificação de alto desenvolvimento. Já entre os 100 maiores IFDMs, a redução da média foi de 1,3%, a pontuação caiu de 0,8775 em 2008 para 0,8660 em 2009. Esses resultados ratificam que o desafio na parte mais alta do ranking se constitui em manter as altas médias alcançadas.

Da observação de médias inferiores mais altas a cada ano e de médias superiores estáveis, tem-se, mais uma vez, a constatação de que os municípios brasileiros estão paulatinamente menos desiguais. Contudo, é importante notar que a distância entre os dois extremos do ranking ainda é significativa: a média dos 100 maiores IFDMs é superior ao dobro da média dos 100 menores. Isso significa dizer que, caso o desenvolvimento nas faixas mais baixas mantenha o ritmo observado desde 2005, a média dos 100 piores IFDMs só conquistará padrões de alto desenvolvimento¹¹ em 2037. Em outras palavras, a partir de 2011, faltam ainda 26 anos para que o Brasil alcance o pleno desenvolvimento traçado pelo IFDM e, enfim, garanta à sua população pleno atendimento básico de saúde, ensino fundamental de qualidade e ampliação do mercado formal de trabalho, com geração de renda.

Caso o desenvolvimento mantenha o ritmo observado desde 2005, a média dos 100 piores IFDMs só conquistará padrões de alto desenvolvimento em 2037.

Sob a ótica regional, a leitura dos maiores e menores IFDMs permite uma visão detalhada das diversidades que caracterizam os dois extremos do ranking – e do País. Por um lado, as regiões Sul e Sudeste – que juntas possuem 51% dos municípios brasileiros – mantiveram a maciça predominância entre os 500 maiores IFDMs com 91,2% de participação em 2009 (Gráfico 5). Por outro lado, Norte e Nordeste – onde estão 40% dos municípios brasileiros – permaneceram dominantes entre os 500 menores, com participação de 94,4% nessa faixa do ranking (Gráfico 6).

Gráfico 5. 500 maiores IFDM 2009

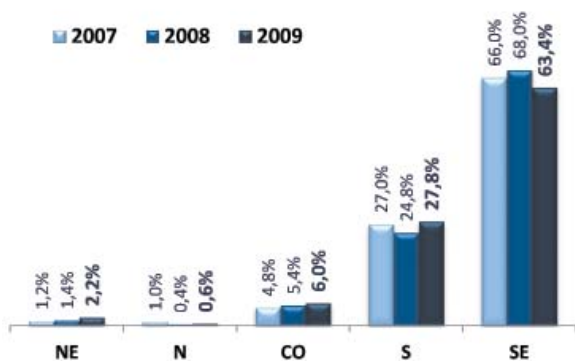
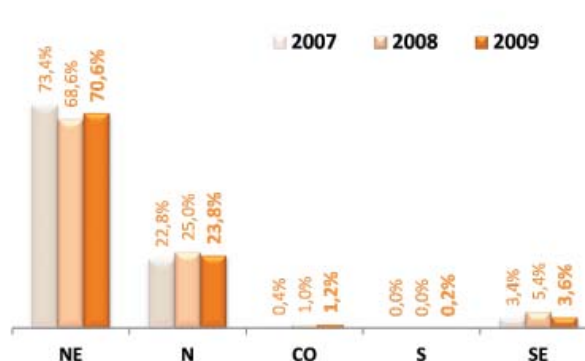


Gráfico 6. 500 menores IFDM 2009



11 Ou seja, só será maior do que 0,8 pontos.



Entre os 500 primeiros¹², o Sudeste manteve a primazia, mas reduziu novamente sua participação, tanto em relação a 2008 quanto a 2007, principalmente pela saída de municípios de Minas Gerais e de São Paulo do topo da lista. Em contrapartida, houve ascensão de municípios do Sul e do Centro-Oeste, em sua maioria gaúchos e mato-grossenses. Os municípios desse grupo estão concentrados nos estados de São Paulo (261 municípios), Rio Grande do Sul (65), Santa Catarina (39), Paraná (35) e Minas Gerais (32). Apenas 13 municípios do Norte e do Nordeste figuraram entre os 500 maiores IFDMs, dos quais nove são capitais.

Entre os 500 primeiros, houve ascensão de municípios do Sul e do Centro-Oeste, em sua maioria gaúchos e mato-grossenses.

Em termos relativos, dos 1.668 municípios do Sudeste, 19,0% estão entre os 500 maiores IFDMs. No Sul a participação também é alta, 11,7% dos 1.188 municípios dessa região estão na parte mais alta do ranking. Por sua vez, o Centro-Oeste possui 6,5% dos seus 465 municípios entre os 500 maiores, percentual muito superior ao observado nas regiões Norte (0,7% dos seus 449 municípios) e Nordeste (0,6% de 1.793). Esta última, embora seja a região com maior número de municípios, seguiu com a menor participação entre os 500 maiores IFDMs.

O Gráfico 6 ilustra a outra ponta do ranking, onde há clara predominância de municípios das regiões Norte e Nordeste: 94,4% dos 500 menores IFDMs provêm dessas regiões. Em termos absolutos, a Bahia, embora tenha diminuído sua participação em 2009, segue com o maior número de representantes nesta área do ranking com 160 municípios¹³, seguida pelo Maranhão (94), que voltou a aumentar sua participação, pelo Pará (59) e pelo Piauí (42).

Entre os 500 menores, a Bahia diminuiu sua participação em 2009, porém segue com o maior número de representantes.

Em relação à quantidade de municípios de cada região, o Norte apareceu em pior situação: mais de um quarto de seus municípios estão entre os 500 piores resultados de 2009 (26,5%). O Nordeste figurou logo em seguida, mantendo praticamente a mesma participação encontrada na última edição do IFDM, com um quinto de seus municípios nesse grupo (19,7%). Segunda maior região do País em número de municípios, o Sudeste tem apenas 1,1% deles entre os menores IFDMs 2009 – todos de Minas Gerais. Por sua vez, o Centro-Oeste respondeu com 1,3% dos 500 piores, enquanto a região Sul apresentou apenas um município nessa área do ranking (0,2%).

¹² Para fazer parte dos 500 maiores, foi necessário alcançar IFDM 2009 superior a 0,7637, pontuação mais alta do que a observada em 2007 (0,7557 pontos).

¹³ No IFDM 2007 a Bahia possuía 186 municípios.

Regiões do Brasil

Ao replicar a leitura por quadrantes para as regiões do País, projetando os municípios de cada região sobre o universo de municípios brasileiros em **azul escuro** (Gráficos a seguir), é possível identificar padrões específicos de desenvolvimento que retratam o comportamento de cada região geográfica em relação aos demais municípios do Brasil.

Em 2009, a região Sul possuía praticamente a totalidade (96,2%) de seus 1.188 municípios avaliados com desenvolvimento moderado e alto (quadrantes **AMARELO** e **AZUL**), consolidando sua posição privilegiada em relação ao restante do País. Além disso, foi a região que registrou o maior avanço nestes níveis de desenvolvimento, conforme a concentração de 67,8% dos seus municípios no quadrante **AZUL**. Contrastaram com esse cenário positivo os 23 municípios situados no quadrante **VERMELHO**.

A região Sudeste voltou a avançar. Depois de três anos com concentração em torno de 79% na parte superior da pirâmide, seus municípios melhoraram de desempenho e, em 2009, 86,0% deles registraram IFDM acima de 0,6 pontos. Além disso, nos últimos anos tem sido cada vez menor a participação da região no quadrante **VERMELHO**, onde se localizam municípios com indicadores de desenvolvimento em queda e abaixo da linha de 0,6 pontos¹⁴.

Gráfico 7
Dispersão Região Sul

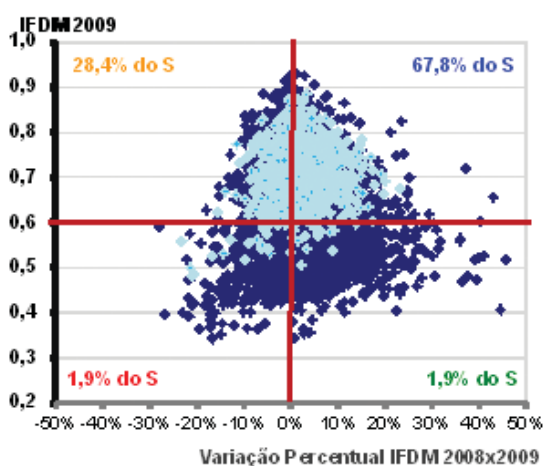
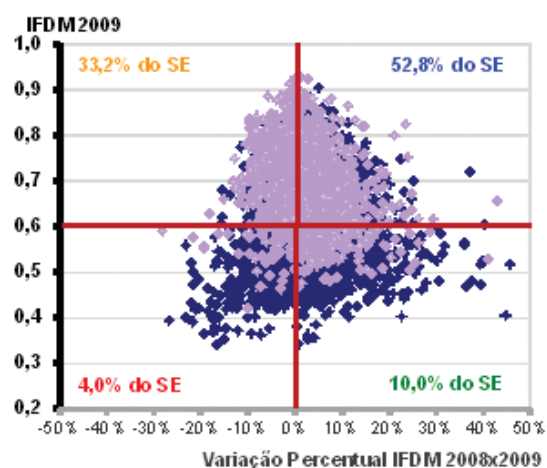


Gráfico 8
Dispersão Região Sudeste

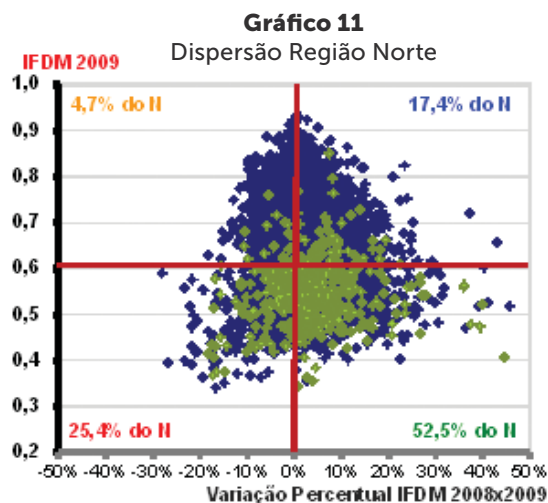
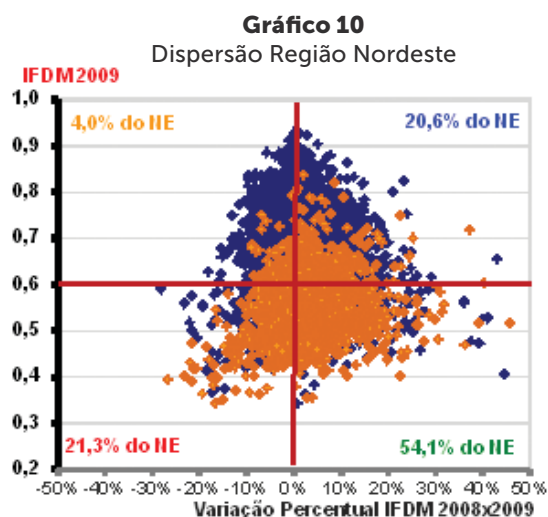
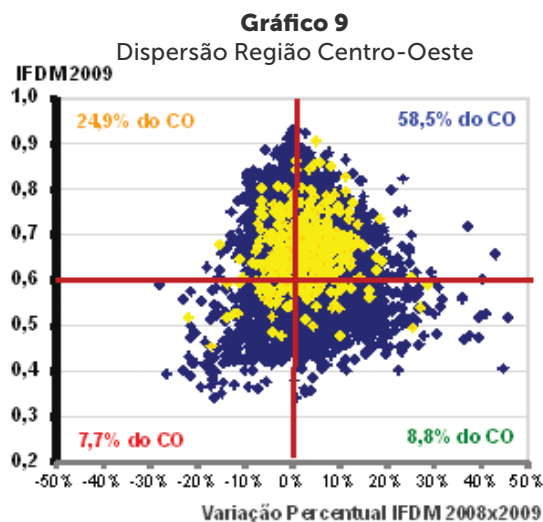


¹⁴ Em 2006 eram mais de 10% nessa situação.

Os resultados da região Centro-Oeste permitem posicioná-la como um novo Sudeste em termos de desenvolvimento. Nos últimos três anos do IFDM houve rápida ascensão para a parte superior da pirâmide (quadrantes **AMARELO** e **AZUL**) onde a participação de municípios passou de aproximadamente 50% em 2006 para 83,4% em 2009, percentual similar ao do Sudeste.

No Nordeste, o processo de desenvolvimento foi abrangente, conforme o aumento do IFDM em 74,8% dos municípios entre 2008 e 2009 (quadrantes **VERDE** e **AZUL**). No entanto, para a grande maioria ainda é longo o caminho a ser percorrido até a metade superior da pirâmide. Na contramão do esforço de desenvolvimento seguiram 382 (21,3%) municípios nordestinos que, além de apresentarem desenvolvimento regular ou baixo, registraram redução de seus indicadores – quadrante **VERMELHO**. Destes, 91 são da Bahia, 61 do Maranhão e 60 do Piauí.

Na região Norte, o desenvolvimento tem seguido em velocidade inferior à observada no Nordeste do País. Enquanto esta última região incrementou em mais de três vezes a participação de municípios acima da linha de 0,6 pontos entre 2006 e 2009, de 7,7% para 24,6%, o Norte aumentou sua participação em pouco mais de duas vezes, de 10% para 22,1%. Além disso, a região é a que tem a maior participação de municípios no quadrante **VERMELHO**, 25,4% apresentaram desenvolvimento regular ou baixo e redução de seus indicadores.





A exemplo da transformação do Centro-Oeste num novo Sudeste, pode-se inferir quanto tempo levaria para que as regiões Norte e Nordeste alcançassem essa mesma condição, caso a evolução do desenvolvimento mantivesse a velocidade observada nos últimos anos. Desse exercício de projeção descobre-se que o atraso do desenvolvimento do Nordeste em relação ao Sudeste é de 10 anos. Ainda pior é a situação do Norte, que alcançaria o mesmo percentual de municípios nos quadrantes superiores apresentado pelo Sudeste em 2009 somente em 2029, duas décadas de atraso.

Em relação ao Sudeste, o atraso do desenvolvimento do Nordeste é de 10 anos. O do Norte, de duas décadas.

Capitais

Nas capitais, a menor geração de empregos em ano de crise foi determinante para os resultados do IFDM 2009. A vertente Emprego&Renda recuou em quatorze delas, com destaque para as capitais do Sul e Sudeste, a exceção de Florianópolis. Dessa forma, mitigou o efeito positivo da melhora nas vertentes de Saúde e, principalmente, de Educação.

No topo do ranking, houve apenas trocas de posição entre São Paulo – SP, Vitória – ES e Curitiba – PR, capitais que têm se revezado nas três primeiras colocações desde 2005. Destas, a cidade paulistana foi a única a registrar avanço do IFDM, superando o crescimento das demais em todas as vertentes. Com isso, assumiu a liderança entre as capitais.

Em 2009, o principal diferencial em relação às edições anteriores do IFDM é o fato de que essas deixaram de ser as únicas capitais entre os cem melhores resultados. Mais seis se uniram a esse seleto grupo: Florianópolis, Campo Grande, Belo Horizonte, Palmas, Rio de Janeiro e Goiânia. Destaque para a capital tocantinense que galgou dez posições no ranking das capitais e atingiu grau de alto desenvolvimento apoiada em melhorias nas vertentes Educação e Emprego&Renda, distinguindo-se por ser o primeiro município da região Norte a chegar ao Top 100 do IFDM.

Na parte inferior da tabela, os movimentos observados foram bastante distintos, e refletiram o desempenho da vertente Emprego&Renda. Nesse sentido, chamaram a atenção os recuos expressivos dos índices de Manaus (-10,4%) e São Luís (-6,7%) e, em contraste, os avanços observados em Boa Vista

CAPITAIS		IFDM 2009		IFDM 2008		VAR.
Brasil		0,7603		0,7649		-0,6%
SP	SÃO PAULO	1º	0,8930	0,8834	2º	1,1%
ES	VITÓRIA	2º	0,8838	0,8839	1º	0,0%
PR	CURITIBA	3º	0,8731	0,8759	3º	-0,3%
SC	FLORIANÓPOLIS	4º	0,8679	0,8462	7º	2,6%
MS	CAMPO GRANDE	5º	0,8616	0,8555	4º	0,7%
MG	BELO HORIZONTE	6º	0,8529	0,8501	6º	0,3%
TO	PALMAS	7º	0,8492	0,7899	16º	7,5%
RJ	RIO DE JANEIRO	8º	0,8445	0,8515	5º	-0,8%
GO	GOIÂNIA	9º	0,8440	0,8138	10º	3,7%
PI	TERESINA	10º	0,8376	0,8211	8º	2,0%
RS	PORTO ALEGRE	11º	0,8101	0,8158	9º	-0,7%
PE	RECIFE	12º	0,8088	0,8026	13º	0,8%
MT	CUIABÁ	13º	0,8030	0,8138	11º	-1,3%
RN	NATAL	14º	0,8012	0,7970	14º	0,5%
RO	PORTO VELHO	15º	0,7965	0,7363	23º	8,2%
SE	ARACAJU	16º	0,7926	0,7961	15º	-0,4%
PB	JOÃO PESSOA	17º	0,7862	0,7549	22º	5,8%
CE	FORTALEZA	18º	0,7841	0,7594	19º	3,9%
PA	BELÉM	19º	0,7662	0,7594	17º	0,9%
BA	SALVADOR	20º	0,7636	0,7529	20º	1,4%
RR	BOA VISTA	21º	0,7622	0,7035	25º	8,4%
AL	MACEIÓ	22º	0,7605	0,7455	21º	2,0%
MA	SÃO LUÍS	23º	0,7510	0,8052	12º	-6,7%
AC	RIO BRANCO	24º	0,7107	0,6677	26º	6,4%
AP	MACAPÁ	25º	0,6991	0,7123	24º	-1,8%
AM	MANAUS	26º	0,6789	0,7589	18º	-10,4%



(8,4%), Porto Velho (8,2%) e João Pessoa (5,8%), cidades onde a construção civil foi responsável pelo aquecimento do mercado de trabalho¹⁵. Por fim, merece comentário o desempenho da capital acreana, que avançou tanto em Emprego&Renda quanto em Educação, o que a permitiu deixar a última posição entre as capitais, onde estava estagnada desde 2007.

Apesar das muitas movimentações no ranking das capitais¹⁶ em 2009 (apenas quatro mantiveram suas posições), de uma forma geral, o padrão observado nos últimos anos se manteve. As regiões Sul e Sudeste conservaram-se nas posições mais altas, enquanto a Centro-Oeste continuou no estrato intermediário da lista e em ascensão — com destaque para Campo Grande — MS, sedimentada entre as cinco capitais mais desenvolvidas do Brasil. Dessa forma, as capitais do Norte e Nordeste seguiram com os índices mais baixos — Palmas é exceção.

15 A análise das vertentes de caráter estrutural destes municípios — Saúde e Educação — mostra níveis mais baixos do que a média brasileira. Por isso, nas próximas edições do IFDM, será importante observar se o grau de desenvolvimento alcançado por essas cidades será sustentado no longo prazo.

16 A partir do IFDM referente a 2009, por sua característica singular, Brasília passará a ser tratada apenas como Distrito Federal.

Estados

O IFDM consolidado por unidades de Federação¹⁷ ratificou a constatação de que o desenvolvimento brasileiro, apesar de avançar de forma disseminada, ainda carece de maior equilíbrio regional. Prova disso é que a parte superior do ranking estadual ainda é exclusividade das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, a despeito de terem absorvido a maior parte do impacto negativo da vertente Emprego&Renda¹⁸.

Em relação à edição anterior do IFDM (2007), as 11 primeiras colocações estaduais se mantiveram inalteradas, das quais as seis primeiras permanecem congeladas desde 2006, encabeçadas por São Paulo (0,8796), Paraná (0,8226) e Rio de Janeiro (0,8062), únicos estados a apresentar alto grau de desenvolvimento em 2009. No extremo oposto, Alagoas seguiu com o pior desempenho, ainda que esteja lentamente caminhando para o estágio de desenvolvimento moderado.

Apesar de ainda apresentarem índices abaixo da média nacional, alguns estados do Norte e Nordeste do País se sobressairam ao registrarem saltos positivos de desenvolvimento em reduzido espaço de tempo. É o caso de Rondônia, que apresentou avanço de 7,4% em seu IFDM, o mais significativo entre os

ESTADOS		IFDM 2009	IFDM 2008	VAR.
Brasil		0,7603	0,7649	-0,6%
SP	SÃO PAULO	1º 0,8796	0,8788	1º 0,1%
PR	PARANÁ	2º 0,8226	0,8365	2º -1,7%
RJ	RIO DE JANEIRO	3º 0,8062	0,8166	3º -1,3%
SC	SANTA CATARINA	4º 0,7953	0,8026	4º -0,9%
MG	MINAS GERAIS	5º 0,7928	0,8003	5º -0,9%
RS	RIO GRANDE DO SUL	6º 0,7852	0,7907	6º -0,7%
DF	DISTRITO FEDERAL	7º 0,7609	0,7544	8º 0,9%
ES	ESPÍRITO SANTO	8º 0,7547	0,7623	7º -1,0%
GO	GOIÁS	9º 0,7368	0,7247	9º 1,7%
MS	MATO GROSSO DO SUL	10º 0,7256	0,7172	10º 1,2%
MT	MATO GROSSO	11º 0,7131	0,7089	11º 0,6%
CE	CEARÁ	12º 0,7129	0,6766	13º 5,4%
RO	RONDÔNIA	13º 0,7024	0,6454	17º 8,8%
PE	PERNAMBUCO	14º 0,6902	0,6816	12º 1,3%
TO	TOCANTINS	15º 0,6880	0,6539	16º 4,0%
SE	SERGIPE	16º 0,6709	0,6597	15º 1,7%
RN	RIO GRANDE DO NORTE	17º 0,6647	0,6714	14º -1,0%
RR	RORAIMA	18º 0,6538	0,6086	25º 7,4%
BA	BAHIA	19º 0,6535	0,6264	20º 4,3%
PI	PIAUÍ	20º 0,6515	0,6415	18º 1,6%
PB	PARAÍBA	21º 0,6351	0,6135	22º 3,5%
AC	ACRE	22º 0,6175	0,6093	24º 1,4%
AM	AMAZONAS	23º 0,6064	0,6352	13º -4,5%
MA	MARANHÃO	24º 0,6046	0,6230	21º -2,9%
AP	AMAPÁ	25º 0,6008	0,6101	23º -1,5%
PA	PARÁ	26º 0,5966	0,6064	26º -1,6%
AL	ALAGOAS	27º 0,5933	0,5819	27º 2,0%

17 Para o cálculo do IFDM por unidades de federação são considerados dados oficiais consolidados para os estados brasileiros.

18 Todos os estados das regiões Sudeste e Sul do País, onde estão aproximadamente 70% dos trabalhadores com carteira assinada, registraram recuo significativo na vertente Emprego&Renda.



estados brasileiros. Essa expansão refletiu a evolução das três áreas de desenvolvimento, mas deveu-se especialmente à vertente Emprego&Renda, estimulada pelo alto nível de investimentos em andamento no estado para a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio¹⁹. A construção civil também impulsionou a vertente Emprego&Renda nos estados de Roraima e do Ceará, que galgaram algumas posições no ranking em 2009.

¹⁹ As usinas de Jirau e Santo Antônio estão entre as obras mais importantes do Governo Federal em andamento no País. Suas concessões datam de 2008 e 2007, respectivamente. O complexo começou a ser erguido em dezembro de 2008 com reflexos em outros setores, como hotelaria e alimentação. A previsão para a entrada em operação é 2012.

Áreas de Desenvolvimento

I. Emprego&Renda

O IFDM Emprego&Renda acompanha o mercado formal de trabalho, com base nos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Como o próprio nome sugere, o indicador trabalha com dois subgrupos, ambos com o mesmo peso (50% do total) no indicador final: emprego formal (postos de trabalho gerados) e renda (remuneração média mensal do trabalhador formal).

No IFDM 2009, a vertente Emprego&Renda foi a única que registrou recuo frente ao ano anterior, o índice passou de 0,7689 para 0,7286 pontos (-5,2%). Foi decisiva para esse resultado a geração de empregos com carteira assinada 30% inferior à verificada em 2008. Com efeito, em 2009 apenas 109 municípios brasileiros registraram alto desenvolvimento nessa vertente, número inferior à já reduzida presença verificada nos anos anteriores, que sempre se apresentou acima de 150 municípios.

Único município com nota máxima (1,00), Ipojuca – PE conquistou o primeiro lugar no ranking de Emprego&Renda apoiada em sua forte indústria naval e nas grandes petroquímicas locais. Abrigando o maior estaleiro do hemisfério sul, o setor naval de Ipojuca demandou elevado volume de mão-de-obra qualificada em 2009²⁰ para atender encomendas voltadas à exploração de petróleo. No outro extremo do ranking, figurou Tarrafas – CE (0,0327)²¹, cidade onde a administração pública respondeu por quase a totalidade (98,6%) dos vínculos empregatícios registrados em 2009.

Entre as capitais brasileiras, os efeitos da crise resultaram em grandes movimentações no ranking, uma vez que aquelas que concentram a maior parte da mão-de-obra formal do País foram as mais afetadas. Nesse cenário, destacaram-se Porto Velho (0,9715), que saltou da 22ª para a 1ª posição no ranking de Emprego&Renda²², Salvador (0,9113), que passou da 15ª posição em 2008 para a vice-liderança em 2009, e Florianópolis (0,8959), que galgou 15 posições no ranking, alcançando o terceiro lugar. Apesar de reduções expressivas nas capitais das regiões Sul e Sudeste, todas mantiveram alto desenvolvimento no IFDM Emprego&Renda, com exceção de Manaus (0,6461), Rio Branco (0,6697) e São Luís (0,7090).

Na composição do distinto grupo dos 500 melhores resultados, o estado de São Paulo manteve a liderança em termos absolutos, com 168 municípios. Logo em seguida vieram Minas Gerais, com 51 cidades, e Rio Grande do Sul, com 48. Contudo, em termos relativos, ou seja, quando se considera o número de cidades em cada estado, o Rio de Janeiro desbancou o estado mais industrializado do país e alçou 31,5% (29) dos

20 Esse movimento foi possível graças à estrutura produtiva do setor naval, que trabalha em ciclos, não tendo sido diretamente afetado pelos efeitos conjunturais da crise.

21 Ressalta-se que, em 2009, 73 municípios receberam nota zero em Emprego&Renda devido à não declaração da RAIS da administração pública local, ou inconsistências na mesma.

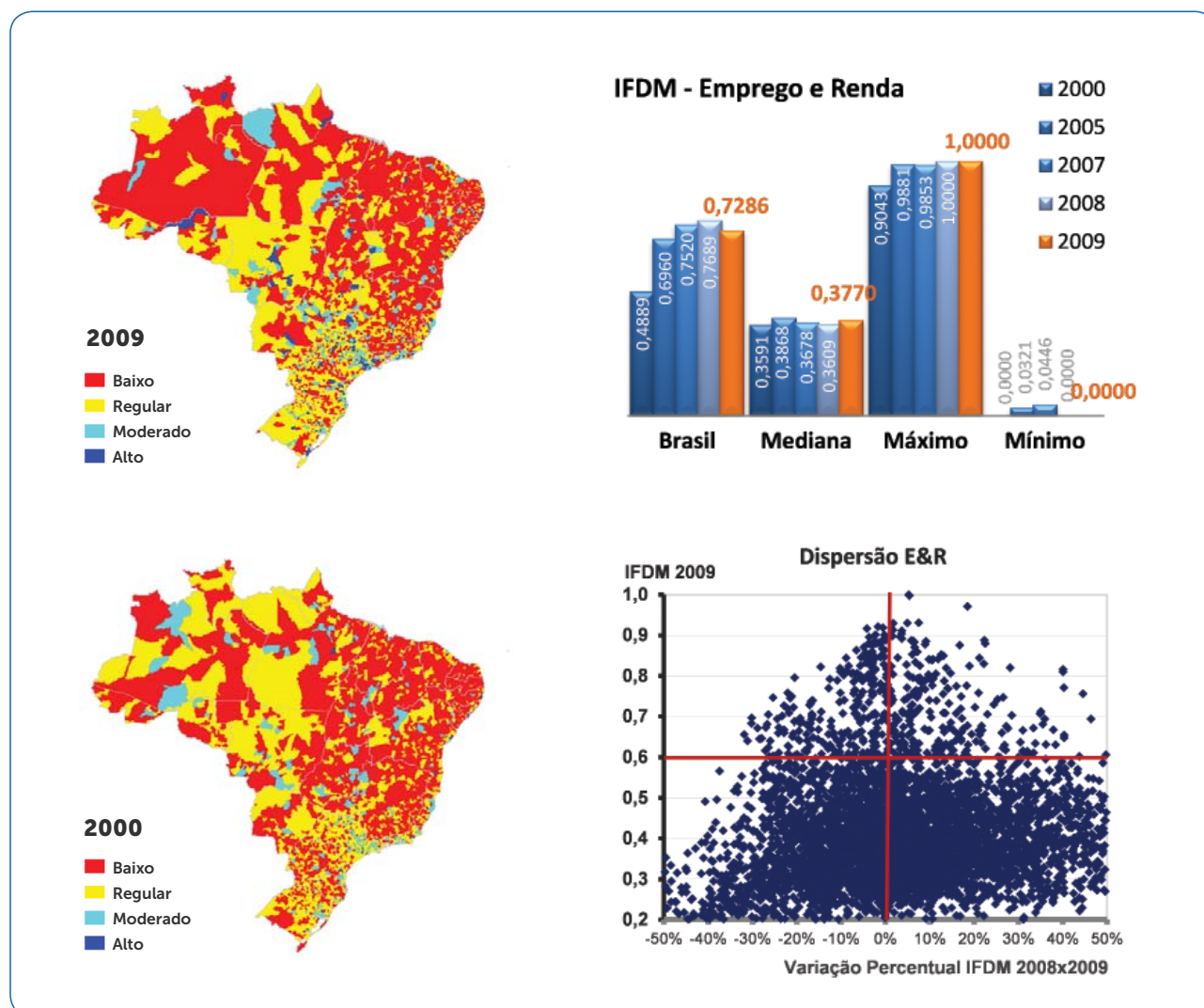
22 Entre todos os municípios brasileiros, Porto Velho registrou o 3º maior IFDM Emprego&Renda, estimulado pelos intensivos projetos de Construção Civil em andamento na cidade, em função das obras das usinas de Jirau e Santo Antônio.



seus municípios ao Top 500 do IFDM Emprego&Renda. Este resultado é reflexo do bom momento por que passa a economia fluminense. Outrora líder nessa análise, São Paulo (26,0%) ficou na segunda posição, bem à frente do terceiro colocado, Espírito Santo (12,8%). Na outra ponta do ranking, entre os 500 piores índices de emprego e renda, concentram-se 75 municípios de Minas Gerais, 67 do Maranhão, 60 da Bahia e 50 do Piauí.

Já entre as unidades da Federação, São Paulo (0,8688), Rio de Janeiro (0,8541) e Paraná (0,8022) mantiveram-se no topo pelo quarto ano consecutivo, apenas com trocas de posição entre o primeiro e o segundo colocado, pela ordem apresentada. Além desses, vale ressaltar Rondônia (0,6812), que se destacou assim como sua capital, subindo 13 posições no ranking estadual, do 21º lugar em 2008 para o 9º em 2009.

Dada a diversidade dos resultados, o gráfico de dispersão, que relaciona o desempenho atual e a evolução do IFDM Emprego&Renda, manteve distribuição bastante espalhada, dado o caráter intrinsecamente volátil dessa vertente. Fica clara, contudo, a predominância de municípios com IFDM Emprego&Renda regular ou baixo (inferior a linha dos 0,6 pontos), que contabilizaram 91% do total, o que sinaliza para mercados locais pouco formalizados.



II. Educação

O IFDM-Educação foi idealizado para captar tanto a oferta como a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental nos municípios brasileiros, de acordo com as competências constitucionais dos municípios. Desse modo, apesar de não ser viável e/ou eficiente esperar que haja uma universidade em todo município brasileiro – nem mesmo ensino médio, esse de competência estadual – pode-se exigir que todo município apresente ensino fundamental de qualidade.

O IFDM – Educação 2009 atingiu 0,7506 pontos ao crescer 2,6% frente a 2008, terceiro aumento consecutivo dessa área de desenvolvimento. A melhora do índice nacional deveu-se, sobretudo, ao aumento de 8% da média da nota do Ensino Fundamental no IDEB 2009, e reflete melhoria nos níveis de educação básica de 79,5% dos municípios brasileiros. Com isso, 83,7% dos municípios foram classificados como de desenvolvimento moderado e alto (acima de 0,6 pontos) no IFDM – Educação, participação superior a observada na última edição do IFDM, de 77,0% em 2007, e duas vezes maior que os 39,7% observados em 2000. Pela primeira vez no IFDM, foi alcançada a nota máxima na vertente Educação (1,00), feito dos municípios de Dolcinópolis – SP e Oscar Bressane – SP. Na outra ponta, o pior resultado ficou com Piraí do Norte – BA (0,3923).

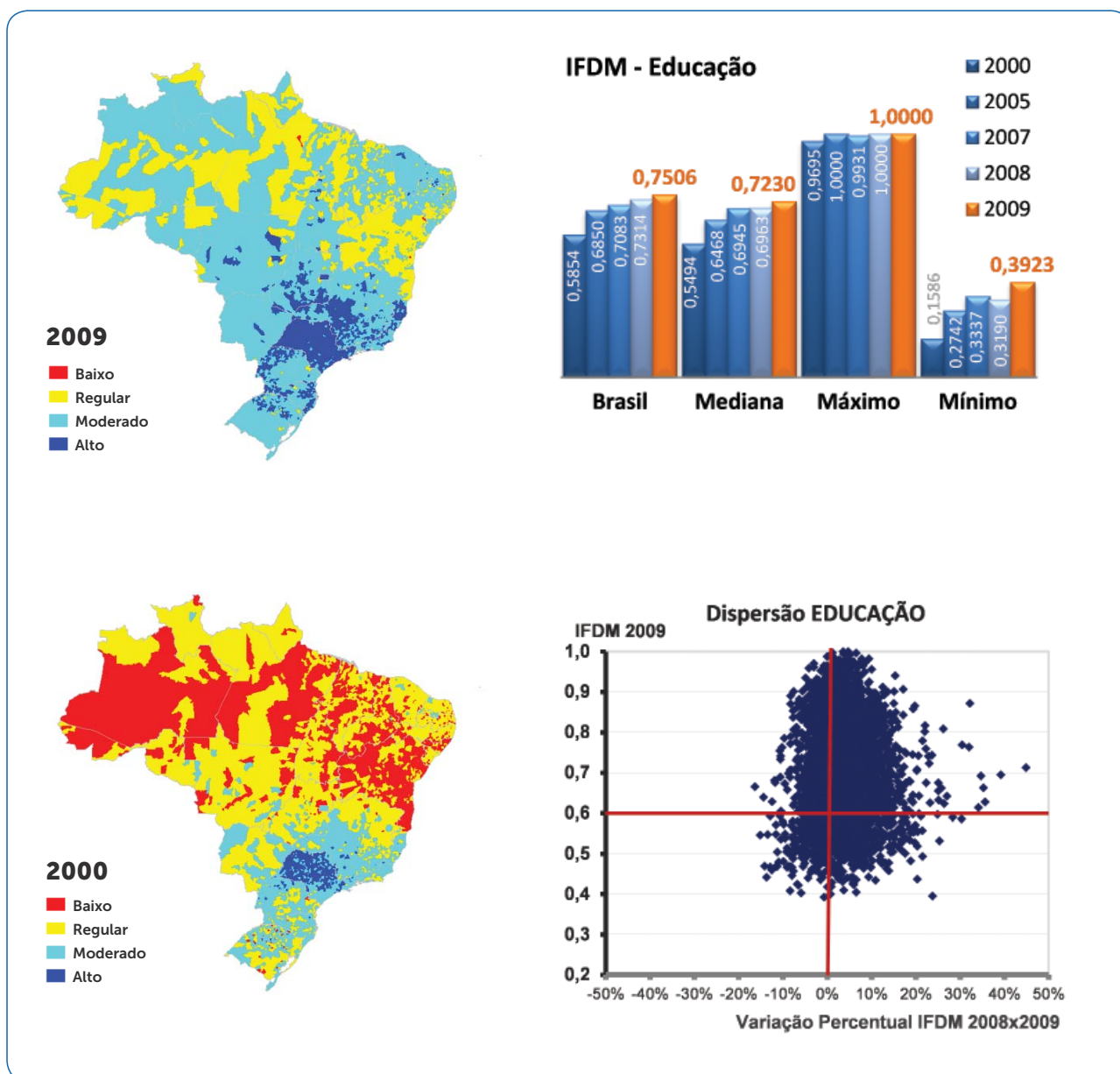
Além dos primeiros lugares, os municípios paulistas mantiveram a supremacia no ranking de educação: dos 100 melhores resultados de 2009, 98 são do estado de São Paulo. Expandido o recorte para os 500 melhores resultados, novamente, São Paulo concentra o maior número de municípios (395)²³, seguido de Santa Catarina (23), Rio Grande do Sul e Minas Gerais (21 cada) e Paraná (18). Entre os 500 piores resultados nessa vertente, a Bahia responde por 215 municípios, seguida do Pará, com 57 municípios, e Alagoas, com 48.

Como corolário do resultado de seus municípios, o estado de São Paulo também figurou como primeiro do ranking estadual do IFDM – Educação com 0,8909 pontos. Merecem destaque Santa Catarina (0,8216), Distrito Federal (0,8145) e Espírito Santo (0,8076) que conquistaram o status de alto desenvolvimento em 2009 e ocuparam, respectivamente, segundo, terceiro e quarto lugares nesse ranking.

Entre as capitais, pela ordem, apareceram São Paulo (0,9121) – que pela primeira vez superou os 0,9 pontos – Vitória (0,8786), Palmas (0,8548), Florianópolis (0,8284), Curitiba (0,8163), Rio de Janeiro (0,8095), Belo Horizonte (0,8058) e Campo Grande (0,8040) – todas de alto desenvolvimento. Maceió (0,5923) foi a única capital com nível de desenvolvimento regular nessa vertente (abaixo de 0,6 pontos) e, portanto, lhe coube a última posição nesse ranking.

²³ Mesmo em termos relativos à quantidade de municípios que possui, São Paulo apresenta indiscutível liderança. Esses 395 municípios representam 60,5% dos municípios de São Paulo. Nessa base de comparação, o Espírito Santo aparece em 2º lugar junto com Santa Catarina, ambos com 7,5% de seus municípios entre os 500 melhores IFDM – Educação 2009.

As figuras abaixo retratam a distribuição e a evolução do IFDM – Educação. Nos mapas georreferenciados, a tonalidade **azul escura** ilustra claramente a posição privilegiada da educação de São Paulo e o avanço de municípios do Sudeste, do Sul e do Centro-Oeste nessa direção. Além disso, observa-se forte diminuição das áreas em **vermelho** (que representam baixo desenvolvimento) no Norte e Nordeste do País. Somada a essa análise, a concentração de municípios nos quadrantes à direita do gráfico de dispersão, que indica crescimento do índice de educação entre 2008 e 2009, reforça a existência de reais e contínuos avanços nessa área.





III. Saúde

Segundo a OMS, a atenção básica “é o primeiro nível de contato dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema nacional de saúde pelo qual os cuidados de saúde são levados o mais proximamente possível aos lugares onde pessoas vivem e trabalham, e constituem o primeiro elemento de um continuado processo de assistência à saúde”. Partindo da premissa de que o nível primário de atendimento à população é prioritário e deve existir em todos os municípios brasileiros, o IFDM adotou as variáveis Atendimento Pré-Natal, Óbitos Mal Definidos e Óbitos Infantis por causas evitáveis por se constituírem fatores reconhecidamente de atenção básica.

Em 2009, o IFDM – Saúde cresceu 0,9%, chegando 0,8018 pontos, o que concedeu a esta vertente a classificação de alto desenvolvimento. Porém, apenas três municípios atingiram a nota máxima (1,00): Lobato – PR, Rancho Alegre d’Oeste – PR e Santo Antônio do Palma – RS – sete a menos do que na última divulgação do IFDM, com dados de 2007. Na outra ponta do ranking de saúde, o menor índice ficou com Nhamunda – AM (0,4272).

Nesta edição, o destaque ficou por conta do contínuo aumento do número de municípios de alto desenvolvimento (acima de 0,8 pontos): se em 2000 eram apenas 17,2%, em 2009 somaram 50,1%. Isso significa dizer que mais da metade dos municípios brasileiros oferece atenção básica em saúde para sua população, traduzida por acompanhamento do pré-natal de suas gestantes e redução dos óbitos mal-definidos e infantis por causas evitáveis.

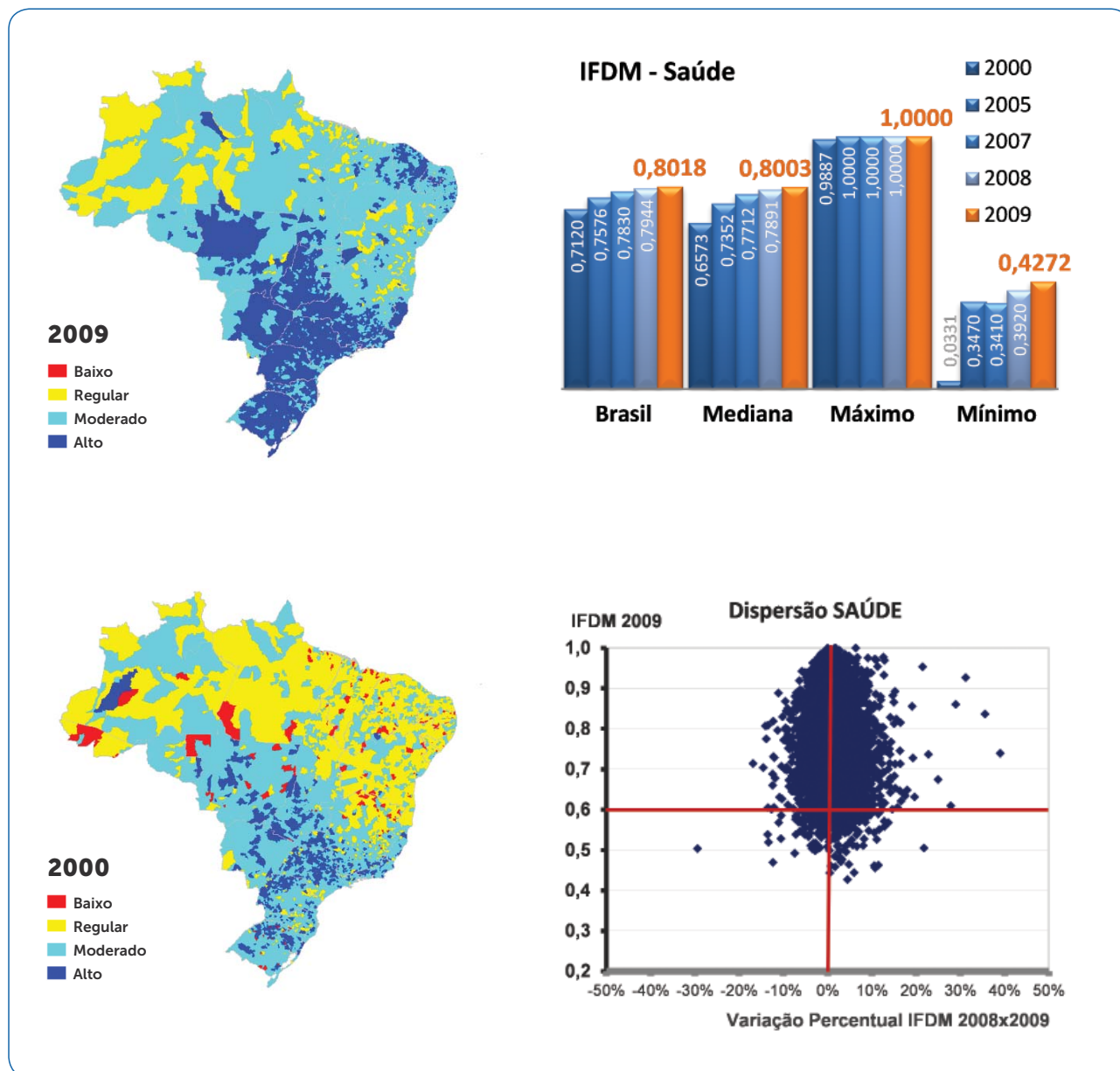
Os municípios do Rio Grande do Sul apareceram, pelo quinto ano consecutivo, no topo do ranking do IFDM – Saúde: 165 dos 500 maiores são gaúchos. Este seletorol tem também participação expressiva do Paraná e de São Paulo: 118 e 95 municípios, respectivamente. No extremo oposto, dos 500 resultados mais baixos, 131 são municípios da Bahia, 85 do Maranhão e 82 do Pará.

Diante disso, esses três estados ocuparam o topo do ranking estadual de Saúde. O Paraná, pelo terceiro ano consecutivo, manteve o primeiro lugar (0,8898 pontos), seguido por São Paulo (0,8789) e pelo Rio Grande do Sul (0,8698). Vale ressaltar que, em 2009, todos os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, incluindo o Distrito Federal, obtiveram a classificação de alto desenvolvimento (acima da linha de 0,8 pontos).

Entre as capitais, os melhores resultados foram novamente auferidos por Curitiba (0,9508), seguida de Vitória (0,8979) e Campo Grande (0,8923), que trocaram posições em 2009. Já as últimas colocações couberam a Manaus (0,7203), Porto Velho (0,7128) e Macapá (0,6577), apesar do crescimento observado no IFDM – Saúde desses municípios.

O mapa georreferenciado abaixo evidencia o avanço generalizado da saúde básica no País entre 2000 e 2009: crescimento das áreas azuis e diminuição das áreas amarelas e vermelhas. É clara também a

divisão entre Norte e Nordeste, com menor desenvolvimento, e Sul, Sudeste e recentemente o Centro -Oeste, com maior desenvolvimento. No gráfico de dispersão, a concentração de municípios nos quadrantes à direita permite constatar que a Saúde básica no Brasil manteve a tendência de melhoria. De fato, entre 2008 e 2009, 64,7% municípios brasileiros melhoraram o IFDM – Saúde.



ANEXO METODOLÓGICO



Anexo Metodológico

O IFDM considera, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento humano: Emprego&Renda, Educação e Saúde. A leitura dos resultados — seja por áreas de desenvolvimento, seja pela análise dos índices finais — é bastante simples, variando entre 0 e 1 (quanto mais próximo de 1, maior será o nível de desenvolvimento da localidade).

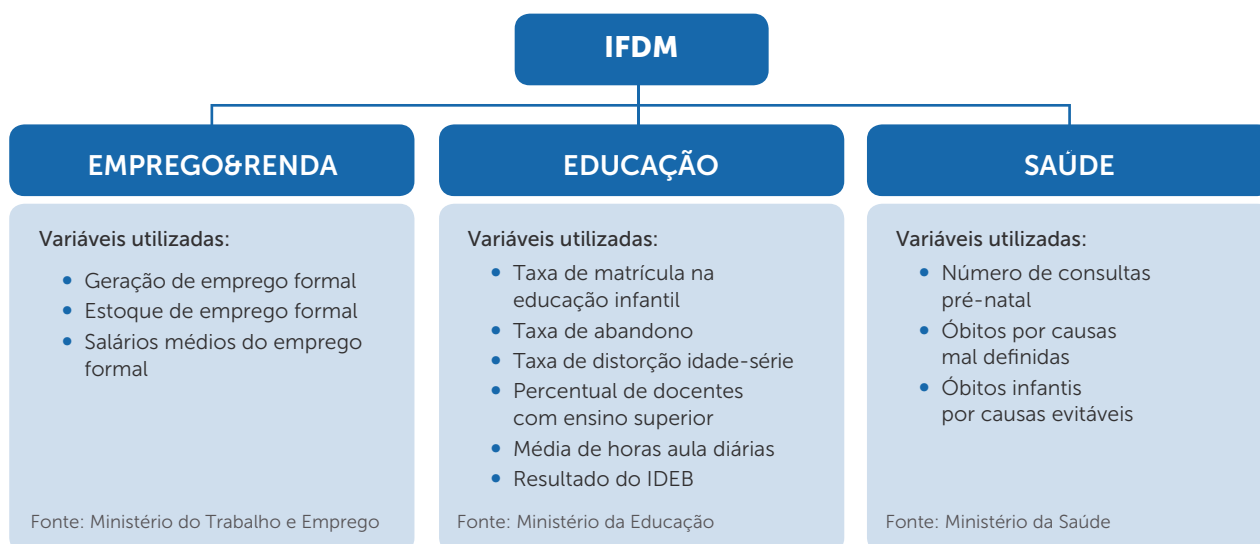
Com base nessa metodologia, estipularam-se as seguintes classificações:

- a. municípios com IFDM entre 0 e 0,4 ► **baixo** estágio de desenvolvimento;
- b. municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 ► desenvolvimento **regular**;
- c. municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 ► desenvolvimento **moderado**;
- d. municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 ► **alto** estágio de desenvolvimento.

Por ter **periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional**, a metodologia do IFDM é pioneira e única, na medida em que possibilita o acompanhamento do desenvolvimento humano, econômico e social de todos os municípios brasileiros.

A defasagem temporal entre o ano que se refere o IFDM e sua divulgação decorre do fato de serem utilizadas apenas estatísticas oficiais dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Trabalho e Emprego. Até a edição de 2010, referente ao ano de 2007, essa diferença era de três anos. A partir da edição de 2011, por esforço do Ministério da Saúde em abreviar os prazos de divulgação de seus dados, foi possível reduzir a essa defasagem do IFDM para apenas dois anos.

Quadro-Resumo das variáveis componentes do IFDM – por Área de Desenvolvimento –



A primeira área abordada pelo IFDM é o **emprego formal** e a **renda** da população empregada. Além de apresentar efeito multiplicador da maior qualidade, o emprego formal impacta diretamente na economia como um todo, gerando aumento da movimentação da renda criada, melhoria do acesso ao crédito e incremento da circulação legal de mercadorias e serviços.

Além disso, nos locais onde ocorre alta formalização do mercado de trabalho, recolhem-se mais tributos, melhoram-se as condições de trabalho e respeitam-se muito mais as leis trabalhistas, o que faz com que as empresas elegíveis à atuação nos mercados nacional e internacional se tornem mais competitivas.

Conforme apontado pelo Índice do Emprego Formal do BNDES²⁴, existe clara vinculação direta entre a qualidade de vida de uma localidade e sua taxa de emprego formal, resultado da relação entre o número de empregos e a população em idade ativa de determinado município, gerando, inclusive, impacto positivo sobre as condições do trabalho informal.

O **IFDM – Emprego&Renda** acompanha a movimentação e as características do mercado formal de trabalho, com base nos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho. As vertentes emprego formal e salário médio mensal têm o mesmo peso no indicador final de emprego e renda, cabendo a cada uma 50% do total.

IFDM – Emprego&Renda

Área	Emprego Formal (50%)						
Indicadores	Geração de Emprego t / Estoque $t-1$	Ordenação de Geração Negativa	Média Trienal da Geração de Emprego	Ordenação das Médias Negativas	Saldo Absoluto t	Saldo Absoluto $t-1$	Saldo Absoluto $t-2$
Pesos	7,5%	2,5%	7,5%	2,5%	15,0%	10,0%	5,0%
Área	Salário Médio Mensal (50%)						
Indicadores	Crescimento Real Anual	Ordenação Crescimento Anual Negativo	Crescimento Real / Média Trienal	Ordenação Crescimento Trienal Negativo	Valor Corrente do Salário t		
Pesos	5,0%	2,5%	5,0%	2,5%	35%		

O emprego formal é composto por três indicadores, o que possibilita visão mais ampla sobre as condições de geração de emprego. A primeira variável é **Taxa de Geração de Emprego Formal sobre o Estoque de Empregados**, com peso de 10% no indicador final de Emprego&Renda. A segunda, também com peso de 10%, é a **Média Trienal de Criação de Emprego**, que permite lançar um olhar de sustentabilidade quanto à variação do emprego. Por fim, leva-se em consideração o **Saldo Anual Absoluto de Geração de Empregos** (peso de 30%), que privilegia a análise dos dados mais recentes²⁵.

O indicador do salário médio mensal também é constituído por três indicadores, o que possibilita avaliar

²⁴ Emprego Formal, Qualidade de Vida e o Papel do BNDES em: REVISTA DO BNDES, RIO DE JANEIRO, V. 14, N. 27, P. 5-26, JUN. 2007.

²⁵ Para o ano t , o peso foi de 15% e para os anos $t-1$ e $t-2$, 10% e 5%, respectivamente.

as condições de renda e poder de compra da população de cada município. A primeira vertente é a **Taxa de Crescimento do Salário Médio** (peso de 7,5%), a segunda mede a tendência de Crescimento Trienal Médio do Salário (peso de 7,5%) e a terceira avalia o **Valor Corrente Trienal do Salário** (peso de 35%), com o objetivo de captar o poder de compra propriamente dito.

A segunda área do IFDM, a Educação, constitui-se em um dos principais pilares para o desenvolvimento de um país. Não é por acaso que os países que conseguiram dar um salto em seu desenvolvimento realizaram grandes reformas em seus sistemas educacionais. Com efeito, uma população com educação de qualidade está mais apta a receber investimentos produtivos na economia, pois possui mão de obra mais qualificada – ou mais facilmente qualificável, capaz de incorporar novas tecnologias e adaptar-se às exigências do mundo moderno.

Do mesmo modo, o retorno de uma educação de qualidade não se restringe apenas ao aluno, ou à escola, mas, sobretudo, à comunidade onde a escola se insere, reforçando os valores morais, éticos e sociais e traçando as principais diretrizes para a conduta da vida em sociedade.

O **IFDM – Educação** foi idealizado para captar tanto a oferta como a qualidade da educação do ensino fundamental e pré-escola, oferecida nos municípios brasileiros, em escolas públicas e privadas, segundo as competências constitucionais de todo município. Desse modo, se não se espera que haja uma universidade – ou até mesmo ensino médio, esse de competência estadual – pode-se ao menos exigir que todo município apresente ensino fundamental de qualidade.

IFDM – Educação						
Área	Ensino Infantil	Ensino Fundamental				
Indicadores	Atendimento Educação Infantil	Distorção Idade Série	Percentual Docentes com Curso Superior	Média de Horas-Aula Diárias	Taxa de Abandono	Média IDEB
Pesos	20,0%	10,0%	15,0%	15,0%	15,0%	25,0%

Escolas Privadas e Públicas (Municipal, Estadual e Federal) IDEB apenas Estadual e Municipal

Para atingir tal finalidade, definiu-se um conjunto de indicadores para a composição do IFDM – Educação. No que tange ao ensino infantil, considerou-se o número de matrículas em creches e pré-escolas registradas, comparativamente ao número de crianças pertencentes à faixa etária adequada a esta modalidade educacional (de 0 a 5 anos de idade), com base nos dados do Censo Escolar de 2000²⁶.

Considerando o ensino fundamental, houve um grande salto na cobertura oferecida para crianças em idade escolar. Se em 1970 esse percentual era de 67%, no último censo em 2000, 96,4% das crianças em idade escolar estavam matriculadas²⁷. Dessa forma, muito mais do que investigar quantos vão à es-

²⁶ Como o crescimento vegetativo vem apresentando queda ao longo das últimas décadas, podemos estimar que a população em idade escolar obrigatória diminuiu nos últimos anos, diminuindo também a matrícula escolar. Por esse motivo, é possível utilizar os dados do Censo 2000 como denominador fixo, sem o risco de se incorrer em grandes distorções, capazes de prejudicar o resultado do município avaliado.

²⁷ Estima-se que atualmente o percentual de crianças matriculadas em idade escolar já ultrapasse os 98%.

cola, a verdadeira questão que se impõe é o quanto se aprende na escola. Para tentar responder a essa questão, foram selecionados os seguintes indicadores:

- e. Taxa de Distorção Idade-série;
- f. Percentual de Docentes com Curso Superior;
- g. Número Médio Diário de Horas-Aula;
- h. Taxa de Abandono Escolar; e
- i. Resultado Médio no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Ao ensino fundamental foi atribuído peso de 80% do IFDM, distribuído entre seus cinco indicadores: 55% para indicadores-meio e 25% para indicadores-fim²⁸. Por seu poder de influenciar a aprendizagem futura, o residual de 20% foi alocado para o ensino infantil.

A terceira e última área considerada no IFDM foi a Saúde. Analisar a Saúde através das estatísticas disponíveis é sempre um desafio, pela falta de consenso entre os pesquisadores sobre quais os melhores indicadores da situação do serviço público — principalmente se considerarmos as distintas realidades brasileiras.

A principal dificuldade está em encontrar dados fidedignos relativos a uma determinada localidade. Primeiramente, pela própria característica do sistema de Saúde, capilar e de atendimento nos municípios-polos, ou seja — frequentemente realizado em município diferente do de residência do paciente. Há que se registrar também a baixa qualidade dos registros — mesmo os obrigatórios e municipalizados — como os da atenção básica, onde ocorre com frequência a sub ou super notificação.

Para minimizar esses problemas, o **IFDM – Saúde** procurou focar na saúde básica e utilizar bancos de dados considerados pelos especialistas como relevantes e confiáveis. Foram então priorizados os bancos de dados dos Sistemas de Informação sobre Mortalidade²⁹ (SIM) e os bancos de dados sobre Nascidos Vivos (Sinasc). Ademais, optou-se por indicadores de variáveis de controle reconhecidamente local, uma vez que não se pode exigir dos 5.564 municípios brasileiros hospitais de ponta em todas as especialidades médicas.

IFDM – Saúde			
Área	Atenção Básica		
Indicadores	Percentual de mais de 6 consultas pré-natal por nascido vivo	Óbitos de causas mal definidas	Taxa de óbito de menores de 5 anos por causas evitáveis
Pesos	33,3%	33,3%	33,3%

28 Referente ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

29 O SIM (SIM/SVS/MS) foi criado pelo Ministério da Saúde em 1975 para a consolidação de dados sobre mortalidade, com abrangência nacional, sendo alimentado pelas secretarias municipais e estaduais de saúde com base na Declaração de Óbito.



Dessa forma, o indicador IFDM – Saúde objetivou avaliar a qualidade do Sistema de Saúde Municipal referente à Atenção Básica. Com peso de 33,3% para cada indicador, as variáveis acompanhadas foram: **Quantidade de Consultas Pré-Natal, Taxa de Óbitos Mal-Definidos; e Taxa de Óbitos Infantis por Causas Evitáveis.**

A primeira vertente mede a qualidade do atendimento à gestante, considerado um dos procedimentos mais básicos que um município deve oferecer à sua população. O indicador de Óbitos por Causas Mal Definidas está relacionado ao acesso aos serviços de saúde, uma vez que o indicador permite inferir a qualidade da atenção médica, que, em geral, varia na mesma direção das variações da qualidade no preenchimento das declarações de óbito³⁰. Finalmente, dados sobre morte evitável podem constituir indicadores sensíveis à qualidade da atenção básica à Saúde, dos quais podem derivar medidas de resultado ou de impacto sobre a ação pública.

³⁰ Fonte: Pesquisas do Ministério da Saúde e da FIOCRUZ

